

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ESPORTE E LAZER: CONSELHOS MUNICIPAIS DE ESPORTE E LAZER E OUTRAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DIRETA

Fernando Augusto Starepravo
Mestre, Faculdade Guairacá e UNICENTRO

RESUMO

Este artigo busca discutir as políticas públicas para o esporte e lazer elegendo dois eixos centrais. O primeiro deles é trazer a contribuição de autores das Ciências Sociais para qualificar a discussão; o segundo é trazer alguns dados empíricos referentes aos conselhos municipais de esporte e lazer e outras formas de participação direta nos municípios do estado do Paraná. O que se vê na realidade estudada – políticas públicas para o esporte e lazer nos municípios paranaenses –, é que não há iniciativas a fim de garantir uma maior participação popular. Pelo contrário, em alguns casos os mecanismos de participação popular são interpretados como ferramentas políticas que podem ser utilizadas contra os agentes políticos consolidados no poder.

SUMMARY

This article searches to argue the public politics for the sport and leisure being chosen two axles central offices. The first one of them is to bring the contribution of authors of Social Sciences to characterize the quarrel; as it is to bring some referring empirical data to the city councils of sport and leisure and other forms of direct participation in the cities of the state of the Paraná. What if it sees in the studied reality - public politics for the sport and leisure in the paranaenses cities -, is that does not have initiatives in order to guarantee a bigger popular participation. By the the opposite, in some cases the mechanisms of popular participation are interpreted as tools politics that can be used against the agents politicians consolidated in the power.

RESUMEN

Searchs de este artículo para discutir la política pública para el deporte y el ocio que son elegidos dos sede de los árboles. Primer de ellos es traer la contribución de los autores de ciencias sociales para caracterizar la pelea; pues es traer un ciertos datos empíricos que se refieren a los consejos de ciudad del deporte y del ocio y a otras formas de participación directa en las ciudades del estado del Paraná. Cuál si ve en la realidad estudiada - política pública para el deporte y ocio en las ciudades de los paranaenses -, es que no tiene iniciativas para garantizar una participación popular más grande. Por el contrario, en algunos casos los mecanismos de la participación popular son interpretados como política de las herramientas que se pueda utilizar contra los políticos de los agentes consolidados en lo poder.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre políticas públicas para o esporte e lazer vem sendo, por nós realizada, desde o ano de 2000, junto ao Centro de Estudos em Esporte, Lazer e Sociedade (CEPELS) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), e posteriormente junto ao grupo de

pesquisa sobre políticas públicas para o esporte e lazer da Faculdade Guairacá, por mim coordenado. Durante o processo de pesquisa, algumas inquietações nos surgem. Dentre outras, a maior delas foi a falta de definições conceituais na área pesquisada que pudessem embasar e qualificar a discussão a partir dos dados empíricos. A produção de conhecimento na área de políticas públicas para o esporte e lazer está quase que exclusivamente voltada ao relato de experiências. Os autores publicam, através de artigos e livros, relatos sobre suas experiências enquanto gestores e coordenadores de projetos. É inegável a importância deste tipo de publicação, principalmente para os gestores públicos do esporte e lazer, que podem se espelhar nos erros e acertos de seus colegas. Porém, quando publicamos experiências sem o diálogo com as teorias, corremos o risco de pautar as discussões em idéias e ideais próprios. Isso faz com que haja um questionamento sobre a qualidade dessa produção e não se avance na discussão.

Diante desta inquietação, partimos em busca de referências que pudessem embasar a discussão dentro dos grupos de pesquisa. Dentro da literatura e produção científica da Educação Física, pouca coisa foi encontrada. Destacamos os trabalhos de Mezzadri (2000)¹, Linhales (2001)², Cristan (2002)³ e Zaluar (1994)⁴.

Paralelamente a este processo de busca de referenciais, iniciamos no ano de 2004 uma pesquisa de campo intitulada “Diagnóstico das Políticas Públicas para o Esporte e Lazer no Estado do Paraná”, onde buscamos fazer um levantamento sobre as políticas de esporte e lazer praticadas nos municípios paranaenses. Posteriormente, a pesquisa recebeu apoio do Ministério do Esporte, através da Rede CEDES (Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer), sendo reformulada e ampliada. Com isso, a UFPR passou a integrar a Rede CEDES, uma rede nacional coordenada pelo Ministério do Esporte que discute temáticas relacionadas ao esporte recreativo e ao lazer. Posteriormente a Faculdade Guairacá firmou parceria com a UFPR e vem desenvolvendo este trabalho de pesquisa no município de Guarapuava e região.

No decorrer da pesquisa de campo e do diálogo com as fontes, observamos a dificuldade em tratar com a diversidade de temáticas surgidas a partir da coleta de dados, bem como com a exígua produção acadêmica nesta área de conhecimento. Viu-se a necessidade de recorrer a outras áreas do conhecimento para buscar suprir esta lacuna de falta de referenciais, especialmente nas Ciências Sociais (sociologia, história, política, entre outros). Ao adentrar um campo de conhecimento distinto sofremos por vezes de naufrágios. Porém, optamos pelo enfrentamento, estudando exaustivamente as fontes.

Cientes dos riscos, mas também das interdependências entre os diferentes campos do conhecimento, buscaremos neste artigo trazer algumas contribuições teóricas para a discussão sobre políticas públicas para o esporte e lazer.

Elegemos para isso os autores Pierre Bourdieu e Norberto Bobbio como nossos interlocutores para discutir um tópico específico da discussão de políticas públicas para o esporte e lazer: a ampliação da participação de agentes não ligados ao poder público, através dos conselhos municipais de esporte e lazer e outras formas de participação direta.

¹ MEZZADRI, F. M. **A estrutura esportiva no Estado do Paraná: da formação dos clubes as atuais políticas governamentais**. Campinas, 2000. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.

² LINHALES, M. A. Jogos da política, jogos do esporte: subsídios à reflexão sobre políticas públicas para o setor esportivo. *In*: MARCELINO, N. C. **Lazer e esporte: políticas públicas**. 2. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2001. p. 31-56.

³ CRISTAN, M. Políticas de esporte: uma metodologia de estudo. *In*: PRONI, M. W. & LUCENA, R. **Esporte: história e sociedade**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. p. 207-248.

⁴ ZALUAR, Alba. **Cidadãos não vão ao paraíso**. São Paulo: Ed. Escuta, Campinas, UNICAMP, 1994.

BOURDIEU E A ESTRUTURA DO CAMPO POLÍTICO

Bourdieu, nascido em 1930 e considerado um rebelde da elite intelectual, primou em suas primeiras publicações de impacto⁵ pela construção de objetos de investigação e, substancialmente, destacou-se pela fecundidade e originalidade de seus métodos de análise e de seus conceitos operacionais, destinados ao conhecimento dos processos de produção e consumo cultural.⁶ Preocupou-se em estudar áreas não tradicionais, como esporte, televisão e alta-costura, bem como áreas amplamente discutidas, como o campo da política e o campo da educação. É grande sua contribuição para o estudo social do esporte, através de seus conceitos e escritos. Porém, neste momento voltaremos nossa atenção para alguns apontamentos do autor no que se refere à representação política e a teoria do campo político, para discutir algumas questões referentes às políticas públicas para o esporte e o lazer.

No texto “A representação política: elementos para uma teoria do campo político”, Bourdieu começa afirmando que:

Toda a análise da luta política deve ter como fundamento as determinantes econômicas e sociais da divisão do trabalho político, para não ser levada a naturalizar os mecanismos sociais que produzem e reproduzem a separação entre os agentes politicamente activos e os agentes politicamente passivos e a construir em leis eternas as regularidades históricas válidas nos limites de um estado determinado da estrutura da distribuição do capital.⁷

Neste trecho, o autor nos coloca a necessidade de entendermos o campo político, sua divisão de trabalho e distribuição de capital, para não naturalizar o abismo que separa os agentes politicamente ativos (os políticos e gestores) e os agentes politicamente passivos (aqueles que os elegem). Esta divisão desigual de poder é algo historicamente construído e amplamente admitido pelos agentes envolvidos, já que não há interesse pela inserção de novos agentes em um campo onde poucos detém o monopólio da produção.

Com isso, as necessidades dos agentes politicamente passivos por vezes não tem coros nas ações realizadas pelos detentores do poder no campo político. Para Bourdieu,

... os efeitos das necessidades externas fazem-se sentir nele por intermédio sobretudo da relação que os mandantes, em conseqüência da sua distancia diferencial em relação aos instrumentos de produção política, mantêm com os seus mandatários e da relação que estes últimos, em conseqüência de suas atitudes, mantêm com suas organizações.⁸

Não são apenas as ações dos políticos e gestores que fazem com que o campo político tenha esta estrutura, mas também as atitudes ou não-atitudes dos que estão à margem do processo de decisão política, e a relação que mantêm com as instituições do poder público.

A produção dentro do campo fica então a cargo dos agentes politicamente ativos, os quais oferecem opções de políticas e ações públicas voltadas aos interesses que estes interpretam como prioritários.

O campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos,

⁵ *Os argelinos*, 1962; *Os herdeiros*, 1964; *Uma arte média*, 1965; *O amor da arte*, 1966; *A reprodução*, 1970; *Esboço de uma teoria da prática*, 1972; *A distinção*, 1979.

⁶ MICELI, 1999, citado por MARCHI JR., 2001, p. 28.

⁷ BOURDIEU, 2004a, p. 163.

⁸ BOURDIEU, 2004a, p. 164.

acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de consumidores, devem escolher, com probabilidades de mal entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção.⁹

Isso pode fazer com que as opções oferecidas pelos agentes eleitos para a representação política não estejam em harmonia com os anseios daqueles que os elegeram. E a estrutura de distanciamento está a tal ponto consolidada, que há uma naturalização também desse descompasso entre oferta e demanda dentro do campo político.

Monopólio de produção entregue a um corpo de profissionais, quer dizer, a um pequeno número de unidades de produção, controladas elas mesmas pelos profissionais; constrangimentos que pesam nas opções dos consumidores, que estão tanto mais condenados a fidelidade indiscutida às marcas conhecidas e a delegação incondicional nos seus representantes quanto mais desprovidos estão de competência social para a política e de instrumentos próprios de produção de discursos ou actos políticos: o mercado da política é, sem dúvida, um dos menos livres que existem.¹⁰

Pela inacessibilidade aos mecanismos de produção no campo político, a maioria das pessoas acaba ficando a margem do processo de decisão política, tendo que se contentar com o que lhe são disponibilizados pelas unidades produtoras. Isso faz com que o campo político se apresente enquanto um dos espaços sociais mais restritivos e inacessíveis à entrada de novos agentes. As posições são conservadas e a produção concentrada, fazendo com que o interesse da sociedade seja reduzido e interpretado a partir dos interesses dos mandatários.

Os que dominam o partido e tem interesses ligados com a existência e persistência desta instituição e com os ganhos específicos que ela assegura, encontram na liberdade, que o monopólio da produção e da imposição dos interesses políticos instituídos lhe deixa, a possibilidade de imporem os seus interesses de mandatários como sendo o interesse dos seus mandantes.¹¹

A entrada neste campo como agente politicamente ativo, bem como as posições ocupadas pelos agentes no interior do campo político, estão diretamente relacionadas à concentração de capital por parte destes agentes. Entendamos aqui capital como o conjunto de recursos atuais ou potenciais pertencentes aos agentes, que pode assumir várias formas, como capital cultural, econômico, social e político.

Os efeitos dos obstáculos morfológicos que a dimensão das unidades políticas e o número dos cidadãos opõem a qualquer forma de governo direto são de certo modo aumentados pelo efeito do desapossamento econômico e cultural: a concentração do capital político nas mãos de um pequeno grupo é tanto menos contrariada e portanto mais provável, quanto mais desapossados de instrumentos materiais e culturais necessários à participação activa na política estão os simples aderentes – sobretudo, o tempo livre e o capital cultural.¹²

Neste trecho Bourdieu enfatiza que o capital, em suas formas econômico e cultural, são importantes ferramentas dos agentes para galgar e consolidar uma posição dentro do campo político. Isso faz com que tenhamos uma perspectiva um tanto quanto pessimista diante de nossa realidade local, onde a distribuição de capital econômico e cultural é tão dissimétrica.

⁹ BOURDIEU, 2004a, p. 164.

¹⁰ BOURDIEU, 2004a, p. 166.

¹¹ Id. *ibid.*, p. 168.

¹² BOURDIEU, 2004a, p. 164.

O que implica que a divisão do trabalho político varia em função do volume global do capital econômico e cultural acumulado numa formação social determinada (o seu nível de desenvolvimento) e também em função da estrutura, mais ou menos dissimétrica, da distribuição deste capital, particularmente do cultural.¹³

Com isto estabelecem-se regras no interior do campo, implícitas ou explícitas, que garantem a reprodução de procedimentos e posições, afastando o cidadão comum, ou não-iniciado na política.

... do que esta espécie de cultura esotérica, feita de problemas estranhos ou inacessíveis ao comum, de conceitos e de discursos sem referente na experiência do cidadão comum e, sobretudo talvez, de distinguos, de matizes, de subtilezas, de agudezas, que passam despercebidos aos olhos dos não-iniciados e que não tem outra razão de ser que não sejam as relações de conflito ou de concorrência entre as diferentes organizações ou entre as tendências ou as correntes de uma mesma organização.¹⁴

Os políticos ou gestores passam a ser vistos com desconfiança e descrédito, fruto da manutenção da distância imposta pela estrutura e habitus¹⁵ inerente ao campo político. Para utilizar as palavras de Gramsci: “nós outros, afastamo-nos da massa: entre nós e a massa forma-se uma barreira de quiprocós, de mal-entendidos, de jogo verbal complicado. Acabaremos por aparecer por pessoas que querem, a todo custo, conservar o seu lugar”.

Na realidade, o que faz com que esta cultura propriamente política permaneça inacessível a maioria das pessoas é, sem dúvida, menos a complexidade da linguagem em que ela se exprime do que a complexidade das relações sociais que constituem o campo político.¹⁶

Toda esta complexidade inerente ao campo político faz com que se acentue a distância entre os politicamente ativos e os politicamente passivos. Por um lado, há a impressão de os que já tem sua posição no campo político não tem interesse em ampliar a participação dos não-iniciados. Por outro, os politicamente passivos não detém o capital econômico e cultural necessário para adentrar o campo político.

Com isso mantém-se uma estrutura inflexível, aparentemente difícil de ser alterada. Porém, existem algumas tentativas no contexto mundial de participação popular. No âmbito do esporte e do lazer podemos citar a criação de Conselhos Municipais e Estaduais de Esporte e Lazer, órgãos consultivos ou deliberativos que podem fornecer meios de acesso de agentes não pertencentes ao grupo dos politicamente ativos aos processos de decisão política.

BOBBIO: DEMOCRACIA DIRETA E PARTICIPATIVA

Dentro da discussão sobre democracia e participação, destacamos também a contribuição de Norberto Bobbio. Nascido em 1909 e tendo falecido no ano de 2004, em Turim, Norberto Bobbio foi pensador, activista político, professor de direito e, mais tarde, de ciência política, mas, sobretudo, um protagonista da esquerda europeia.

¹³ Id. *ibid.*, p. 164-5.

¹⁴ Id. *ibid.*, p. 178.

¹⁵ “Um sistema de dis posições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explicita que funciona como um sistema de esquemas geradores, é gerador de estratégias que podem ser objetivamente afins dos interesses objetivos de seus autores sem terem sido expressamente concebidas para este fim” BOURDIEU, 1983d, p. 94.

¹⁶ BOURDIEU, 2004a, p. 178-9.

Bobbio¹⁷, citando Tocqueville (1835-40), fala sobre a importância da relação do indivíduo com o outro dentro do sistema democrático:

Nas sociedades aristocráticas, os homens não precisam unir-se para agir, porque já estão solidamente mantidos juntos. [...] Nas democracias, pelo contrário, todos os cidadãos são independentes e ineficazes, quase nada podem sozinhos e nenhum deles seria capaz de obrigar seus semelhantes a lhe emprestar sua cooperação. Se não aprendem a se ajudar livremente, caem todos na impotência.

A capacidade de organização e ajuda mútua seria um pilar fundamental ao desenvolvimento da sociedade. Neste sentido, Bobbio encaminha seu pensamento fazendo o relato histórico da democracia representativa.

[...] o princípio da soberania do povo e o fenômeno da associação, o Estado representativo, [...] conhece um processo de democratização ao longo de duas linhas: o alargamento do direito de voto até o sufrágio universal masculino e feminino, e o desenvolvimento do associativismo político até a formação dos partidos de massa e o reconhecimento de sua função política. [...] com a passagem da monarquia à república também o supremo cargo do Estado tornou-se eletivo e portanto, no sentido técnico da palavra, representativo.¹⁸

E caracteriza a democracia direta:

Sob o nome genérico de democracia direta entendem-se todas as formas de participação no poder, que não se resolvem numa ou noutra forma de representação (nem a representação dos interesses gerais ou política, nem a representação dos interesses particulares ou orgânica): a) o governo do povo através de delegados investidos de mandato imperativo e portanto revogável; b) o governo de assembleia, isto é, o governo não só sem representantes irrevogáveis ou fiduciários, mas também sem delegados; c) o *referendum*.¹⁹

Apesar de a princípio se caracterizarem como formas diferentes de democracia, a democracia participativa, bem como a democracia direta trilham um caminho de aproximação, no sentido de garantir um alargamento do processo democrático. Não se trata de substituir uma forma de democracia pela outra, mas sim garantir a extensão da democratização:

O processo de alargamento da democracia na sociedade contemporânea não ocorre apenas através da integração da democracia representativa com a democracia direta, mas também, e sobretudo, através da extensão da democratização – entendida como instituição e exercício de procedimentos que permitem a participação dos interessados nas deliberações de um corpo coletivo – a corpos diferentes daqueles propriamente políticos.²⁰

Seria o processo de democratização da sociedade, considerando o indivíduo em sua multiplicidade, para além apenas da esfera política, garantindo a participação nas tomadas de decisão e no desenvolvimento da sociedade como um todo.

... se hoje se deve falar de um desenvolvimento da democracia, ele consiste não tanto, como erroneamente muitas vezes se diz, na substituição da democracia representativa pela democracia direta [...], mas na passagem da democracia na esfera política, isto é, na esfera em que o indivíduo é considerado como cidadão, para a democracia na esfera social, onde o indivíduo é considerado na multiplicidade de seus *status*.²¹

17 BOBBIO, 2005, p. 152.

18 Id. *ibid.*, p. 152.

19 Id. *ibid.*, p. 154.

20 Id. *ibid.*, p. 155.

21 Id. *ibid.*, p. 155-6.

Neste sentido, a criação dos Conselhos Municipais de Esporte e Lazer consolidaria um passo na direção da democratização e participação popular. Usando as pensamento de Bobbio, falar justamente de uma verdadeira reviravolta no desenvolvimento das instituições democráticas, reviravolta esta que pode ser sinteticamente resumida numa fórmula do seguinte tipo: da democratização do Estado à democratização da sociedade.

PARTICIPAÇÃO DIRETA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ESPORTE E LAZER NO ESTADO DO PARANÁ

Como já citado anteriormente, desde o ano de 2004, o CEPELS vem realizando uma pesquisa que busca diagnosticar as políticas públicas para o esporte e lazer praticadas nos municípios do estado do Paraná. Parte da pesquisa é realizada através de uma entrevista realizada junto ao Secretário ou Diretor de Esportes dos municípios. O protocolo é composto por três eixos norteadores: Estrutura Administrativa, Gestão Pública dos Municípios, Projetos e Eventos desenvolvidos nos municípios. A partir das redes de interdependência desses três eixos podemos compreender melhor as políticas públicas das cidades pesquisadas.

Não aprofundaremos a explicação de cada uma das partes do protocolo. Voltaremos nossa atenção para um tópico específico dentro no eixo da Gestão Pública dos Municípios: a participação da população na formulação de políticas públicas e projetos, através dos Conselhos Municipais de Esporte e Lazer e outras formas de participação direta.

Nas cidades pesquisadas, Foz do Iguaçu, Cascavel, Maringá, São José dos Pinhais, Araucária, Colombo, Piraquara, Campina Grande do Sul, Guaratuba, Pontal do Paraná, Morretes, Antonina, Matinhos e Guaraqueçaba, constatou-se que nenhuma delas apresentou Conselho Municipal de Esporte e Lazer. Londrina é o único município que contém um Conselho, porém este é especificamente administrativo e ocorre junto a Fundação do Esporte (autarquia responsável pelo desenvolvimento pelo esporte e lazer no Município). Algumas cidades como Foz do Iguaçu e Maringá justificaram a falta de um Conselho Municipal para o Esporte. A primeira alegou que existia um Conselho, porém o prefeito vetou este, pois teria se tornado uma ferramenta política na cidade. Já Maringá justificou-se, pois grande parte das suas ações voltadas ao esporte foi designada pelas Associações Esportivas.

Entendemos que o processo necessário ao alargamento da democratização, nos evidencia ainda mais a necessidade de criarmos imediatamente os Conselhos Municipais de Esporte e Lazer, sob o risco de perdermos cada vez mais a representatividade no interior da sociedade. Compreendemos também, que a democracia somente se fortalece com a participação dos cidadãos e com o controle dos mesmos sobre as ações políticas. Desta maneira a incorporação do esporte e lazer com direito do cidadão depende da participação da sociedade nas ações públicas.

Outra questão pesquisada corresponde ao nível de envolvimento da sociedade na elaboração das atividades de esporte e lazer. Tratando deste envolvimento da comunidade na elaboração das atividades de esporte e lazer, constatamos que apenas a cidade de Araucária realiza audiências públicas específicas para o Esporte e Lazer. Nas demais cidades pesquisadas a sociedade não participa da elaboração do Plano de Governo. A representação da sociedade junto as Secretarias Municipais de esporte e lazer ocorre nos casos de Londrina, Foz do Iguaçu, Cascavel, São José dos Pinhais, Guaratuba e Maringá, através das associações de bairro. Fica explícito aqui o modelo de representatividade, que

segundo Bobbio (1990) ocorre através da delegação de poderes do cidadão para o político ou os administradores dessas associações.

CONCLUSÕES

Podemos constatar, tanto nas palavras de Bourdieu, como nas de Bobbio, que o modelo hoje predominante é o modelo representativo, onde os eleitores, através do voto delegam o poder de decisão aos eleitos.

Bourdieu nos atenta aos mecanismos que determinam as posições dos agentes dentro do campo político, através da distribuição desigual de capital e a estrutura inflexível de poder. Bobbio, por outro lado, nos coloca a necessidade de avançar de um modelo representativo para um modelo de democratização da sociedade, onde a tomada de decisões esteja mais próxima da população.

O que se vê na realidade estudada – políticas públicas para o esporte e lazer nos municípios paranaenses – é que não há iniciativas a fim de garantir uma maior participação popular. Pelo contrário, em alguns casos os mecanismos de participação popular são interpretados como ferramentas políticas que podem ser utilizadas contra os agentes políticos consolidados no poder.

É preciso rever a relação entre os políticos e gestores públicos e a população, pois com o amadurecimento da democracia, as formas de participação direta ganham uma grande importância no sentido de buscar legitimidade e soluções originais às demandas sociais.

Buscamos neste texto trazer uma discussão pontual sobre participação nas políticas públicas para o esporte e lazer, relacionando aos conceitos teóricos de dois autores das Ciências Sociais. Não buscamos esgotar aqui esta discussão, e sim iniciá-la de forma mais aprofundada, relacionando os dados empíricos às teorias no campo das Ciências Sociais.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo**. Brasília: 10ª ed. Editora UNB, 1990.

_____. **Teoria Geral da Política. A filosofia política e as lições dos clássicos**. Organizado por Michelangelo Bovero; tradução Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000 – 12 reimpressão. 2000.

_____. **O Futuro da Democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **Entre duas Repúblicas: às origens da democracia italiana**. Brasília: Editora UNB: São Paulo: Imprensa *oficial do Estado*, 2001.

_____. **Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra 12ª ed. 2005.

BOURDIEU, P. Como é possível ser esportivo? *In: Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983a.

_____. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1983b.

_____. **Pierre Bourdieu: sociologia / organizador** [da coletânea] Renato Ortiz; (tradução de Paula Montero e Alcía Auzmendi). – São Paulo: Ática, 1983c.

_____. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983d.

_____. O capital social: notas provisórias. *In*: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. M. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998a.

_____. Os três estados do capital cultural. *In*: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. M. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998b.

_____. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. *In*: BOURDIEU, P. **O poder simbólico** – 7ª ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2004a.

_____. **O poder simbólico** / Pierre Bourdieu; tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 7ª ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2004b.

CRISTAN, M. Políticas de esporte: uma metodologia de estudo. *In*: PRONI, M. W. & LUCENA, R. **Esporte: história e sociedade**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. p. 207-248.

LINHALES, M. A. Jogos da política, jogos do esporte: subsídios à reflexão sobre políticas públicas para o setor esportivo. *In*: MARCELINO, N. C. **Lazer e esporte: políticas públicas**. 2. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2001. p. 31-56.

MARCHI JR., W. **“Sacando” o voleibol: do amadorismo à espetacularização da modalidade no Brasil (1970-2000)**. Campinas, 2001. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.

MEZZADRI, F. M. **A estrutura esportiva no Estado do Paraná: da formação dos clubes as atuais políticas governamentais**. Campinas, 2000. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.

ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu** São Paulo: Ática, 1994.

PINTO, L. **Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social** / Louis Pinto; tradução Luiz Alberto Monjardim. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ZALUAR, Alba. **Cidadãos não vão ao paraíso**. São Paulo: Ed. Escuta, Campinas, UNICAMP, 1994.

Fernando Augusto Starepravo

Rua Pedro Huk, 46 Bairro Uberaba

CEP 81550-230 Curitiba – PR

Fone: (42) 9925-6414.

E-mail: fernando_edf@yahoo.com.br